



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

**MENSAGEM Nº 29 IGG**

Teresina (PI), 30 de MAIO de 2018.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 04/06/2018

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me as Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que **"Acrescenta o art. 5º - A à Lei nº 6.753, de 30 de dezembro de 2015, para autorizar a participação minoritária da Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH - em Sociedade de Propósito Específico (SPE) voltada para a execução de empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa Habitar Servidor, incluindo novos imóveis no referido programa, e dá outras providências."**

A presente proposição objetiva autorizar a participação minoritária da Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH - em sociedade de propósito específico (SPE), para o fim de executar unidades habitacionais no âmbito do Programa Habitar Servidor a execução de obras e programas de construção de unidades residenciais para aquisição da casa própria.

O Habitar Servidor, instituído através da Lei Estadual 6.753, de 30 de dezembro de 2015, destina-se a incentivar a aquisição de moradia pelas pessoas vinculadas ao Regime Próprio dos Servidores Públicos do Estado do Piauí, na dupla intenção de diminuir o *deficit* financeiro do regime previdenciário próprio do servidor e de contribuir para atenuar o grave problema habitacional.

O Projeto de Lei viabiliza a parceria entre o Estado (por meio da ADH, agência que tem por finalidade promover estudo dos problemas da habitação popular em todo o Estado do Piauí, bem como executar obras e programas de construção de unidades residenciais para aquisição da casa própria) e empreendedores do setor privado, por representar modelo de gestão apropriado para este tipo de empreendimento.

RECEBI EM 04/06/2018

Sec. Geral da Mesa

Emanuella de Oliveira Costa  
Secretário Geral da Mesa.

O Projeto adota algumas cautelas na implementação do modelo de gestão. Assim, a proposição só admite a participação minoritária da ADH no capital social de SPE, constituída sob a forma de sociedade por ações (S/A). Esta restrição na participação societária destina-se a garantir efetiva parceria com o setor privado, evitando a constituição de mais uma empresa estatal. Proíbe-se, também, que a participação minoritária se dê em SPE controlada por outro ente da Federação, para não se correr o risco de associação a empresa estatal de outra esfera de Governo.

Ademais, o aporte de capitais do acionista estatal se dará através de imóveis dominiais, conforme autorização contida no bojo da proposição normativa. Já, o setor privado investirá o necessário para que o empreendimento seja construído e possa ser negociado no mercado imobiliário diretamente ou através de instituição oficial como a Caixa Econômica Federal.

De toda sorte, o Projeto tem como escopo maior atender, preferencialmente, a demanda existente, incluindo novos imóveis no Programa Habitacional, e que deverá aproveitar os benefícios decorrentes da participação do Estado no empreendimento, sem entraves burocráticos, mas com as cautelas gerais na medida necessária a salvaguardar o interesse social.

Dessa forma, em virtude da importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.



**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Governador do Estado do Piauí



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

**PROJETO DE LEI Nº 24 , DE 30 DE MAIO DE 2018**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 04/06/2018

  
1º Secretário

Acrescenta o art. 5º - A à Lei nº 6.753, de 30 de dezembro de 2015, para autorizar a participação minoritária da Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH – em Sociedade de Propósito Específico (SPE) voltada para a execução de empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa Habitar Servidor, incluindo novos imóveis no referido programa, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,** Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 6.753, de 30 de dezembro de 2015 passa a vigorar acrescida do art. 5º - A, com a seguinte redação:

“Art. 5º - A Fica autorizada a participação minoritária da ADH em Sociedade de Propósito Específico (SPE), sob a forma de sociedade por ações, para a execução de empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa Habitar Servidor.

§ 1º Por participação minoritária autorizada no **caput** deste artigo entende-se aquela que não alcance a maioria absoluta do capital votante.

§ 2º A SPE não poderá ser controlada direta ou indiretamente por unidade da federação.

§ 3º A ADH fica autorizada a promover aporte de capital, sob a forma de bens, dos imóveis listados no Anexo I desta Lei, para fins de constituição ou aumento de capital da SPE.

§ 4º Os ativos de cada unidade habitacional dos empreendimentos, sejam recebíveis ou recursos, serão direitos da ADH, na proporção do que for investido e delimitado no edital de cada projeto, com destinação específica ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 5º da presente Lei”. (NR)

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Lei nº 6.753, de 30 de dezembro de 2015 os seguintes imóveis destinados ao Programa Habitar Servidor:



## **"ANEXO I**

### **Imóveis destinados para o Habitar Servidor**

---

#### **Residencial Tiradentes :**

- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-004**, definido pelas coordenadas **E: 747.464,300 m e N: 9.441.989,490 m**; confrontando com a **AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY**, segue por **3° 21' 19" SO** com azimuth **183° 21' 20,71"** e distância de **201,07 m** até o vértice **M-005**, definido pelas coordenadas **E: 747.452,530 m e N: 9.441.788,760 m**; confrontando com a **RUA JOAQUIM CARLOS ARAGÃO**, segue por **66° 29' 47" NO** com azimuth **293° 30' 17,40"** e distância de **269,74 m** até o vértice **M-006**, definido pelas coordenadas **E: 747.205,170 m e N: 9.441.896,340 m**; confrontando com terras de **LOTE II**, segue por **20° 48' 48" NE** com azimuth **20° 48' 46,54"** e distância de **188,48 m** até o vértice **M-004A**, definido pelas coordenadas **E: 747.272,140 m e N: 9.442.072,520 m**; confrontando com terras de **LOTE III**, segue por **66° 37' 50" SE** com azimuth **113° 22' 06,91"** e distância de **209,33 m** até o vértice **M-004**, encerrando este perímetro com **868,64 metros** e com área **45.168,349 m²** ou **4,516.8349 ha**;

#### **Nova Teresina:**

- Medindo de frente **241,00 metros**, limitando-se, com a serie norte da Rua XVIII do Residencial Nova Teresina, segue para os fundos medindo **246,00 metros**, limitando-se com Empresa de Gestão de Recurso do Estado do Piauí – EMGERPI. Pelo lado direito medindo **305,00 metros**, limitando-se com a Avenida Jango ao lado esquerdo, segue medindo **310,00 metros**, limitando-se com o loteamento portal da Esperança. Perfazendo um perímetro de **1.102 metros**". **(NR)**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 30 de MAIO de 2018.**

